

# Para uma Crítica ao Pensamento Único

Sabrina de Cássia Mariano de Souza\*

André Morato Dias Cardeal\*\*

## Área: Tema Central

### 18. Alternativas ao Neoliberalismo na América Latina

#### Resumo:

Nas últimas décadas o sistema capitalista atravessa um contexto de crise, no qual fica clara a imposição de um pensamento único, por parte do “novo *mainstream*”, que passa a dominar o pensamento econômico. No marco desta discussão se questiona o papel do Estado nas economias e é colocada em cheque sua função e a sua capacidade de formular políticas nacionais de desenvolvimento econômico e social, especialmente no caso dos Estados da periferia capitalista. Mesmo diante do crescimento da instabilidade e dos sinais da crise, a “opção” da proposta “neoliberal” é a implementação de uma agenda mínima, onde o Estado ocuparia, no máximo, o papel de uma “leve” regulação. Ao contrário do que apregoa o “neoliberalismo”, o capitalismo, se deixado ao humor de suas próprias forças não supera obstáculos – pelo contrário – acentua suas tendências. Para enfrentar o quadro atual, um grande problema a ser superado é o desaparecimento da capacidade crítica e de questionamento deste modelo econômico. O combate ao pensamento único em todos os campos é fundamental. Cabe aos economistas críticos o papel de dar suporte e participar da luta concreta, de catalisar a transformação social, o papel de não apenas observar e entender a realidade, mas de ser um ponto de apoio para a sua revolução.

**Palavras-chave:** papel do estado, pensamento único

#### Abstract:

In the last decades the capitalist system passes for a crisis context, in which is clear the imposition of an only thought, on the part of the "new mainstream", that it starts to dominate the thought economic. In the landmark of this discussion it questions the paper of the State in the economies and is placed in check its function and its capacity to formulate politics national of economic and social development, especially in the case of the States of the capitalist periphery. Exactly ahead of the growth of the instability and the signals of the crisis, the "option" of the proposal “neoliberal” is the implementation of a minimum agenda, where the State would occupy, in the maximum, the paper of "light" a regulation. In contrast of that the “neoliberalismo” proclaims, the capitalism, if left to the mood of its proper forces does not surpass obstacles - for the opposite - accents its trends. To face the current picture, a great problem to be surpassed is the disappearance of the critical capacity and questioning of this economic model. The combat to the only thought in all the fields is fundamental. The paper fits to the critical economists to give support and to participate of the concrete fight, to catalyze the social transformation, the paper not only to observe and to understand the reality, but of being a abutment for its revolution.

**Key words:** paper of the state, only thought

---

\* Mestre em Economia pelo IE-UFU. E-mail: [sabrinacms@yahoo.com.br](mailto:sabrinacms@yahoo.com.br)

\*\* Mestrando em Economia pelo IE-UFU. E-mail: [andre\\_morato@yahoo.com.br](mailto:andre_morato@yahoo.com.br)

## INTRODUÇÃO

(...) Há três décadas o continente [latino-americano] sofre as agruras da estagnação, do desemprego e da miséria crescente. Ao contrário do que apregoa o discurso da ortodoxia econômica, as políticas de ajuste não têm levado ao crescimento e à redução das desigualdades. Só nos últimos dez anos, a população vivendo abaixo da linha de pobreza na América Latina saltou de 200 para 225 milhões de pessoas, enquanto a renda per capita teve evolução praticamente nula.

As reformas ditas necessárias para lograr o crescimento sustentado de nossas economias vêm contribuindo para piorar ainda mais esse quadro, precarizando as relações de trabalho, cortando direitos sociais e reduzindo a quantidade e a qualidade dos bens públicos oferecidos à população.

As políticas públicas destinadas a "compensar" esse ininterrupto fluxo de produção de pobreza no continente, longe de resolver o problema, acabam por naturalizá-lo, consagrando a exclusão social. Com sua adoção admite-se que as benesses desse modelo econômico não são de fato para todos e difunde-se a idéia enganosa de que pobreza e miséria têm a mesma inevitabilidade de tempestades e terremotos. (...) <sup>1</sup>

O capitalismo contemporâneo pode ser identificado pelo desaparecimento das regras e das fronteiras de modo a deixar o capital livre às suas próprias leis de movimento. Segundo Garlipp (1996) um conceito que poderia ser aplicado ao capitalismo contemporâneo é o de uma *economia desregrada*, caracterizado pela revolução da tecnologia da informação e dos mercados financeiros, resultando em um processo de mundialização do capital<sup>2</sup>. Desregrada não no sentido de uma economia que não tem regras, mas no sentido de que as regras que existiam foram sendo desmontadas. Além disso, não se refere estritamente à esfera econômica, mas à organização societária.

Neste contexto atual de mundialização impera a ideologia "neoliberal"<sup>3</sup>, segundo a qual a crescente desregulamentação e liberalização das economias resultaria em melhor alocação dos recursos e bem estar, assim como em

---

<sup>1</sup> *Manifesto dos Economistas Políticos aos Povos da América Latina*, 2005.

<sup>2</sup> Ver: Gluckstein, 1999.

<sup>3</sup> Segundo Fiori (1997a), nas últimas décadas as idéias neoliberais se transformaram numa espécie de utopia que ele classifica como sendo: "quase religiosa".

possibilidades de maior desenvolvimento para os países em geral. A globalização apresenta-se, segundo esta visão, como algo inevitável, tendo como pressuposto implícito a homogeneização das economias nacionais (de forma que todas se tornassem economias e sociedades de mercado), diante de um processo que estaria acima do poder de decisão das políticas dos Estados Nacionais. Isto constituiria o que Cano (1985) denomina de “províncias da sociedade global”. Entretanto, a própria existência de uma hierarquia entre os Estados e moedas tem sentido contrário ao de uma homogeneização das economias nacionais.

Durante estas últimas décadas, caracterizadas por um contexto de crise do sistema capitalista, o que se percebe é a imposição de um pensamento único por parte do “novo *mainstream*” que passa a dominar o pensamento econômico e tem suas maiores expressões nos *Consensos de Washington*<sup>4</sup>. É justamente no marco desta discussão que se questiona fundamentalmente o papel do Estado nas economias e é colocada em cheque a função e a sua capacidade de formular políticas nacionais de desenvolvimento econômico e social, especialmente no caso dos Estados da periferia capitalista.

### O CAPITALISMO, A GLOBALIZAÇÃO E A PROMESSA QUE NÃO SE CUMPRE

Para além do simples discurso e receituário econômico, o que de fato caracteriza a contemporaneidade é o que se convencionou chamar de globalização. Significa dizer que as economias hoje estão ainda mais interdependentes, com seus mercados mais desregulamentados, que hoje o fluxo financeiro é absurdamente gigantesco e com uma liberdade e rapidez de movimentação dos capitais inimaginável há alguns anos. Significa também que o mundo está “menor” mais interligado nas comunicações (com destaque para a internet) e nos transportes. Nas grandes bolsas de valores são negociadas ações de grande parte das economias, as empresas se internacionalizaram de maneira surpreendente e os produtos passaram a apresentar uma cadeia produtiva mundializada, com produção e montagem realizada

---

<sup>4</sup> Para uma discussão a esse respeito ver: Baruco & Garlipp, 2005.

em diversos países, embora o núcleo dinâmico da produção permaneça com os países centrais do sistema capitalista, restando tarefas secundárias para a periferia.

Outro ponto que merece destaque neste processo é o fato de que proliferam por todo o globo diferentes acordos de integração, os quais grande parte são de natureza estritamente econômica, não avançando em outros pontos como migração e imigração. Este é o caso do NAFTA, que envolve a América do Norte e, se vier a se concretizar, da ALCA, que envolveria todo o continente americano.

Dentre os acordos de integração a União Européia destaca-se como exceção, já que avança no sentido de moeda única, banco central único e até de uma Constituição européia. Entretanto é justamente na Europa, onde existe o maior aparato de proteção social, que a implementação de uma Constituição única que coloca em cheque boa parte das conquistas dos trabalhadores faz a população de alguns países não aceitar a adesão a esta Constituição, como foi o caso da França em 2005.

De um modo geral, o que fica claro nos acordos de integração é que eles têm como objetivo aumentar a liberdade do capital, ao menos internamente ao bloco e, em contrapartida, rebaixar as conquistas dos trabalhadores.

Diversos foram os fatores desreguladores que contribuíram para a acentuação da instabilidade global, em um ambiente caracterizado pela volatilidade dos mercados e pela ampliação da incerteza; dentre eles: o fim do padrão ouro e da convertibilidade dólar-ouro, um cenário mundial de taxas de câmbio flutuantes e imprevisíveis, altas taxas de juros, maior mobilidade de capital somada à intensificação do processo de financeirização da riqueza<sup>5</sup> em face das inovações no sistema monetário-financeiro internacional.

Mesmo neste contexto, diante do crescimento da instabilidade e dos sinais da crise, a “opção” da proposta “neoliberal” é a implementação de uma agenda mínima, onde o Estado ocuparia, no máximo, o papel de uma “leve” regulação. Desse modo, ao menos no discurso, dispensa-se e rejeita-se o Estado regulador clássico e toda uma discussão, inclusive em sua vertente keynesiana “pura”, ou “no original”, é

---

<sup>5</sup> O qual faz parte da lógica do capitalismo, no qual a acumulação financeira se sobrepõe à acumulação produtiva e os ativos monetários e financeiros se tornam mais atrativos que os ativos produtivos.

abandonada, todo um acúmulo de análises e conhecimento sobre a dinâmica e o funcionamento do capitalismo que demonstraram historicamente que este sistema não é harmônico e de forma alguma auto-regulável são ignorados. A defesa do mercado como ente supremo parece natural, de tão hegemônico que se torna o pensamento único, mesmo, paradoxalmente, contrariando as leis e evidências do funcionamento do sistema capitalista.

Neste momento, acentua-se, de maneira assustadora a defesa da desregulamentação do mercado de trabalho<sup>6</sup>, especialmente nas economias periféricas. O mínimo de legislação trabalhista (o “custo do trabalho”) que chegou a existir é posto como algo que prejudicaria a rentabilidade e a competitividade das empresas. O movimento de rebaixamento de salários, garantias e condições de trabalho, sempre foi bem mais acentuado na periferia capitalista, que historicamente apresenta uma média salarial bem rebaixada se comparado aos países centrais, além de nunca ter chegado perto das conquistas dos trabalhadores daqueles países. Contudo, esta tendência dos países subdesenvolvidos passa também a ser “exportada” para os países centrais. Nos Estados Unidos, por exemplo, vem ocorrendo ondas de demissão em massa nas montadoras de automóveis e na Europa há (por parte dos países em particular, e também da própria União Européia de modo geral) um movimento de ofensiva às proteções sociais, como aos regimes de previdência, desencadeando ondas de greves nestes países.

É importante a observação de que embora os órgãos multilaterais e os países centrais sejam os principais defensores da desregulamentação e da liberalização, a forma como estas são aplicadas nestes países é consideravelmente diversa da forma como são defendidas. O que acaba ocorrendo é que os órgãos multilaterais, de certa forma, acabam representando os interesses dos países centrais do capitalismo e enquanto estes continuam aplicando práticas protecionistas e defendendo seus interesses nacionais, desregulamentação e liberalização são aplicadas efetivamente apenas nos países subdesenvolvidos. Isso pode ser observado ao analisar-se as propostas do “Consenso de Washington”, e as recomendações do Fundo Monetário Internacional para os países latino-americanos, e comparar, por exemplo, o processo

---

<sup>6</sup> Como pode ser visto em Fiori, 1999.

de liberalização comercial praticado no Brasil e nos EUA, no qual este último continua a praticar medidas protecionistas, embora exija o contrário.

Outro fator, talvez mais importante, se refere ao fato de que a desregulamentação tem levado não ao desenvolvimento de um maior número de países, mas como já foi colocado, à instabilidade global<sup>7</sup>, além do baixo dinamismo da maioria das economias, com acentuação das tendências de centralização e concentração do capital em apenas alguns territórios e empresas como ressalta Fiori (1999).

Segundo Garlipp (2001, p. 27):

(...) após duas décadas de implantação de políticas liberalizantes, os desempenhos das economias, em termos de crescimento do PIB, têm sido medíocres, aprofundando a concentração de renda e a exclusão social. Um quadro que se agrava na medida em que o Estado na economia desregrada parece conformar-se à desoneração das responsabilidades pelas políticas de proteção social e de emprego.

A globalização não cumpre o que “promete”. Fica cada vez mais evidente que ela pode ser muito melhor entendida como uma globalização do capital, e em especial de sua face financeira, e não realmente como uma globalização das oportunidades e das condições de vida dos povos e das nações.

Agora, no século XXI, a distância entre as nações ricas e pobres é maior do que era no pós Segunda Guerra. Segundo Martins<sup>8</sup> a globalização traz por um lado vantagens como os mais variados bens e serviços disponíveis no mercado mundial, inclusive tecnologicamente mais sofisticados e com menores preços, mas de outra forma,

(...) acumulam-se as fontes de deslegitimação. Quanto maior tem-se tornado a abrangência e o predomínio do sistema econômico, mais amplas e avassaladoras têm sido as manifestações de exclusão social; quanto maior o PIB mundial, tanto maiores as disparidades entre países, regiões e classes sociais; quanto maior a quantidade e a velocidade com que as informações

---

<sup>7</sup> Para maiores detalhes sobre a forma como as políticas de desregulação do sistema financeiro afetam o financiamento da economia e a dinâmica do investimento e da produção, ver Aglieta, 1995.

<sup>8</sup> Martins, 1996.

circulam, tanto mais a televisão, as drogas, o consumismo e a dissolução da vida familiar difundem desinteresse, ignorância e alienação, especialmente no seio das novas gerações; quanto mais abundante é a oferta de alimentos, mais incompreensível se torna a existência de tantos milhões de famintos; quanto mais avança o conhecimento científico da natureza, tanto mais se diversifica e se aprofunda a destruição do meio-ambiente; quanto mais se fala da paz na era pós-guerra fria, tanto mais se multiplicam os conflitos de todo tipo pelo mundo afora (cerca de 50 nos anos 90 [isso até 1996] contra menos de 10 na década de 50) (Ratter, 1996).<sup>9</sup>

Segundo Garlipp<sup>10</sup> a crise multifacética atual é, por um lado, a contraface da contradição imanente a um movimento que desmonta o Estado, e, por outro, o requer para acordar as novas formas de convivência e o ordenamento societário interno às fronteiras nacionais. Portanto, continua cabendo ao Estado o poder disciplinador do trabalho e da interveniência nos fluxos de mercados financeiros, entretanto, tem-se um mesmo Estado vulnerável a crises fiscais e à disciplina do dinheiro internacional.

#### A HERANÇA “NEOLIBERAL” E O PAPEL RELEGADO AO ESTADO NACIONAL

Juntamente com a predominância das finanças internacionais sobre os demais setores da economia, com a voga do discurso “neoliberal”, e o empenho dos organismos multilaterais e do pensamento dominante na área de economia, percebe-se as conseqüências sobre as agendas de políticas econômicas e sociais dos países, em especial dos periféricos.

Neste contexto, a política econômica passa a ter como objetivo, não o desenvolvimento, mas a busca da “credibilidade”, apontada como o objetivo principal, senão único, dos governos. Isso porque na medida em que se acredita que os mercados teriam a capacidade de se auto-regularem, caberia ao Estado apenas o papel de ajudar no cálculo econômico, ou ainda o de não atrapalhar o mercado. Para isso, liberalização e desregulamentação operaram a quase independência dos bancos centrais, e a dificuldade de manejo das políticas monetária e cambial. Defendem

---

<sup>9</sup> Martins, 1996, p. 4.

<sup>10</sup> Garlipp, 2003, p. 4-5.

alguns como Fiori<sup>11</sup> que: “*em síntese, esta opção estratégica de corte neoliberal já nos retirou – é assunto encerrado, pode ser julgado por uns de maneira positiva, por outros de maneira negativa –, quase todo o espaço de exercício de políticas públicas*”.

Hoje, mais que antes, o capitalismo pretende dispensar qualquer instância domesticadora, qualquer camada de proteção ou freio regulador, e vão sendo colocados em xeque os mecanismos reguladores responsáveis pelo interesse público. Igualmente, vai sendo dispensado o Estado Nacional regulador, responsável em sua jurisdição pela administração do lucro e pela acumulação abstrata da mais-valia, uma dispensa que, ao fissurar a camada de segurança, desencadeia uma série de impactos econômicos e sociais cujo equacionamento mantém-se em aberto. (...) Afinal, trata-se de um mundo, uma vez mais, regido pelas leis das finanças, em que se assiste a uma irrefreável inundação da economia de produção por uma lógica de valorização da riqueza abstrata; um mundo, enfim, em que o triunfo das finanças ‘globalizadas’ e a redução da capacidade de disciplinar social e politicamente a economia são as marcas mais fortes da economia desregrada.<sup>12</sup>

A agenda macroeconômica seguida pelo Brasil nos últimos anos é “pasteurizada” pelo *mainstream* e aplicada como a única possível, o que por suas características tira a autonomia do país na determinação das políticas<sup>13</sup>. A sobrevalorização cambial, conjugada com a abertura irrestrita, acaba gerando restrições para a elaboração de uma efetiva política industrial. Além disso, são gerados obstáculos às políticas sociais devido à diminuição dos recursos disponíveis, pois estes são empregados no pagamento das dívidas com o objetivo de perseguir o “fundamento” da política econômica – a “credibilidade”, o que é reforçado pelo discurso de que resta aos países a realização de políticas compensatórias e de que não está mais em pauta a universalização destas políticas como fim último.

---

<sup>11</sup> Fiori, 1997b, p. 211.

<sup>12</sup> Garlipp, 2003, p. 15-21.

<sup>13</sup> Por exemplo, “*As transações cambiais secundárias e o movimento de derivativos guardam estreita relação com a enorme volatilidade das taxas de câmbio, instabilizando as paridades. As taxas de juro de longo prazo, por seu turno, passam a ser, praticamente, fixadas pelos inversores institucionais, que comandam as tendências dos mercados financeiros*” (Garlipp, 2003, p. 9).



Os aspectos levantados acima têm perversas conseqüências. Segundo Fiori (1997b, p. 209):

[o] relativo sucesso [das políticas “neoliberais”] no controle da inflação, do déficit público, da atividade sindical e do aumento da lucratividade privada, nestes mesmos quinze anos, estes resultados vieram implacavelmente acompanhados de uma prolongada estagnação econômica entremeada de breves ciclos de crescimento. E, o que é pior, as baixas taxas de investimento produtivo do período apontam para uma perspectiva pouco promissora do ponto de vista dinâmico, com relação ao crescimento esperável da economia mundial, até o final do século, o que tem enorme importância para países como o nosso. (...) estas mesmas políticas geraram um aumento absolutamente exorbitante das taxas de desemprego médio dos países centrais, que hoje flutuam em torno de 10, 11, 12% ou em alguns casos como do da Espanha, que está em torno de 34, 35% da população situada na faixa de idade entre 15 e 24 anos.

De acordo com Fiori (1997c) o Brasil e a quase totalidade da América Latina assumem uma estratégia liberal e passiva de inserção mundial a partir, fundamentalmente, da renegociação de suas dívidas externas na segunda metade da década de 1980. Esta estratégia reduz, na prática, o novo papel dos Estados à função exclusiva de guardiões dos equilíbrios macroeconômicos de modo que *“acabam prisioneiros de sua própria armadilha e impotentes, ou incapazes de definir prioridades e implementar políticas de incentivo setorial à competitividade, de oferecer proteção social às suas populações, de prestar os serviços públicos mais elementares, ou mesmo finalmente de garantir a ordem e o respeito às leis”*<sup>14</sup>.

De forma diferente, outros países, em especial Japão, China e os Tigres Asiáticos, indo de encontro às recomendações, optaram por reafirmar a prioridade do interesse nacional e hoje demonstram uma autonomia de suas políticas muito maior e resultados muito mais favoráveis que os obtidos no Brasil e na América Latina. É importante destacar que para isso os Estados desempenharam papel decisivo enquanto promotores ativos de políticas de proteção e incentivo setorial muito distante do receituário do Consenso de Washington.

---

<sup>14</sup> Fiori, 1997c, p. 237.

Deve-se destacar que o Brasil reproduziu ao longo da década de 1990, e continua reproduzindo, as políticas provenientes da agenda do *Consenso*. A abertura, as privatizações e desregulamentações que tiveram início principalmente no governo Collor, se intensificaram sobremaneira no governo Fernando Henrique, e para a surpresa de alguns e infortúnio da maioria da população, especialmente a marginalizada, continua, de modo geral, se propagando mesmo agora no governo Lula.

Opera-se no Brasil a aplicação da agenda de desregulamentação, inclusive no que diz respeito às reformas estruturais. Foram feitas, dentre outras, uma ampla reforma da previdência (nos governos FHC e Lula) e uma reduzida reforma tributária, incluindo elementos como uma lei de falências que passa a priorizar os bancos ao invés de trabalhadores e de impostos. Há também um direcionamento a favor do mercado através da reforma universitária (em curso), que concede vantagens para as universidades privadas (hoje mais de 80% das universidades do país) e se enquadra na lógica de um projeto mais amplo de Parcerias Público Privadas (PPPs).

As PPPs repassam para a iniciativa privada, com a garantia do governo, os projetos de infra-estrutura. Junta-se a isso o fato de que boa parte dos setores de infra-estrutura já foram privatizados, e o Estado passou a ocupar, através das agências reguladoras, o papel de mediador, priorizando não o interesse do conjunto da sociedade, mas muitas vezes funcionando como uma oficialização do *lobby*, pois as tarifas “administradas” se apresentam como as “vilãs” da inflação.

Tem-se priorizado a obtenção de superávits primários “absurdos” destinados ao pagamento de juros de uma dívida que cresce aceleradamente, fundamentalmente devido aos juros da economia mantidos em patamares altíssimos pelo Banco Central (na reunião do Conselho de Política Monetária de 14 de dezembro de 2005 foi definida uma meta de 18% para a Selic) dando ao Brasil o “título” de país detentor de uma das maiores taxas de juros do mundo.

O setor público consolidado do Brasil fechou 2005 com um superávit primário equivalente a 4,84% do Produto Interno Bruto, superando a meta de 4,25% estabelecida para o ano, informou o Banco Central nesta segunda-feira. Em termos nominais, o superávit primário chegou ao valor recorde de 93,505

bilhões de reais, ante 81,112 bilhões de reais (4,59% do PIB) em 2004. A meta para o ano em valores nominais era de 82,750 bilhões de reais. Apesar do forte superávit, a dívida líquida do setor público chegou à cifra de 1,002 trilhão de reais, por conta da incorporação de juros recordes de 157,145 bilhões de reais no ano. Em relação ao tamanho da economia brasileira, a dívida ficou praticamente estável em 51,6%, ante 51,7% do PIB em 2004. O déficit nominal do país - que inclui o pagamento de juros - chegou a 63,641 bilhões de reais em 2005, ou 3,29% do PIB, ante um déficit de 2,67% do PIB em 2004.<sup>15</sup>

Mesmo com o pagamento da parte da dívida que era detida pelo FMI, ela continua a crescer. Contraditoriamente, essa parte foi paga mesmo estando dentre a porção da dívida brasileira que apresenta as menores taxas de juros. Isso em detrimento de boa parte do orçamento programado e não executado pelo governo, diante de uma situação social deplorável e do discurso de que é necessário cortar ainda mais direitos “abusivos” dos trabalhadores, deixando clara de quem é a primazia da política econômica, e quais são os interesses que ela defende.

A herança do governo Fernando Henrique de um processo de desindustrialização da economia se mantém no atual governo. Os juros altos e o câmbio sobrevalorizado são um verdadeiro desincentivo para o setor produtivo da economia, em especial o setor industrial (de 1990 até hoje a formação bruta de capital fixo não ultrapassou 20% ao ano<sup>16</sup>, valor insuficiente sequer para absorver a mão de obra que ingressa no mercado de trabalho, quanto mais para amenizar o alto nível de desemprego e os baixos salários da economia nacional). O resultado para o país foi um crescimento médio do PIB de 2,09% entre 1990 e 2004, muito distante das médias históricas do período desenvolvimentista, quando o país esteve entre os países com as maiores taxas de crescimento do mundo.

A desregulação financeira e a abertura comercial das economias latino-americanas, junto com as demais reformas neoliberais, fragilizaram os Estados da região e criaram uma “camisa de força” que só poderá ser rompida com uma mudança radical da política econômica seguida na década de 90. Sem isso, os governos que se

---

<sup>15</sup> Versiani, 2006.

<sup>16</sup> Variou entre 17,6% em 2003 e 20,7% em 1994 (em termos de preços correntes, FBCF/PIB), IBGE - Departamento de Contas Nacionais. Anuário Estatístico, 2005.

dedicam apenas a tentar convencer os mercados financeiros de sua credibilidade vão sendo corroídos e perdendo governabilidade a cada nova crise, na medida em que são obrigados a fazer sucessivos ajustamentos fiscais. No limite, ninguém sabe o que ocorrerá com a economia e a democracia se esse quadro de desintegração não for revertido. A mudança passa, inevitavelmente, pela ruptura radical com a estratégia de classe e o pacto conservador, que se manteve vigente durante toda a trajetória da “modernização” brasileira, e também durante a “década neoliberal”.<sup>17</sup>

### O MITO, ALGUMAS CONSEQÜÊNCIAS E O (e)ESTADO BRASILEIRO

Acredita-se que o capitalismo, ao contrário do que apregoa o “neoliberalismo”, se deixado ao humor de suas próprias forças não supera obstáculos – pelo contrário – aprofunda suas tendências. O desemprego é um bom exemplo disto, pois enquanto tendência estrutural do capitalismo tem se acentuado bastante nas últimas décadas, independente da qualificação dos trabalhadores, gerando uma massa cada vez maior de excluídos.

Em relação a este aspecto é fundamental mencionar que, para além da mudança no paradigma tecnológico-produtivo, cujo resultado é o aumento da produtividade, este não é o fator determinante. Há aspectos, como as altas taxas de juros, que podem ser bem mais explicativos, ao incentivarem a financeirização do capital. Além disso, mais importante é a forma como a produtividade é apropriada, já que esta pode tanto estar comprometida com a economia nacional, como travar a possibilidade de geração de emprego e consumo, quando seu comprometimento é com o capital internacional.

O crescimento do desemprego, como movimento estrutural, ao mesmo tempo que mostra-se como consequência da *lei geral da acumulação capitalista*<sup>18</sup>, coloca

---

<sup>17</sup> Fiori, 2001, p. 288.

<sup>18</sup> “Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível e desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior este exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja

em cheque os mecanismos de reprodução do próprio sistema, pois esvazia sua fonte de mais-valia que é justamente o trabalhador.

Hoje, é evidente que os Estados não podem ignorar o fato de que estão em um cenário de mundialização ao formularem políticas nacionais de desenvolvimento econômico e social sustentado, mas a dicotomia colocada pela ideologia dominante: “*transnacionalização do capital x espaço nacional*” se trata de uma falsa dicotomia, pois o espaço nacional é o espaço mais importante de tomada de decisões, não podendo ocorrer supressão dos Estados Nacionais.

Outra falsa dicotomia se trata da questão “*Estado x mercado*”. Por trás da defesa de auto-regulação do mercado e fim do Estado regulador, está de fato a defesa de um Estado que tenha um papel menor, mas no sentido de atender apenas a determinados interesses. Segundo Tavares e Mercadante (2001):

A implementação de ideal do “Estado Mínimo” – eixo central da matriz ideológica neoliberal – não significou restringir a intervenção do Estado na economia, mas sim modificar substancialmente seu caráter. Esta que em verdade ampliou seus alcances e seu grau de arbítrio, passou a concentrar-se fundamentalmente na expansão de espaços de expansão e lucratividade das atividades privadas.

Pode-se perceber, portanto, que a defesa implícita na verdade não é o fim do papel do Estado, mas uma reorientação de suas funções de modo que ele passaria a ter papel de favorecimento do ambiente privado de acumulação. Assim, o processo de expansão do capitalismo se dá através e não contra o Estado.

Mas especificamente no que se refere ao Brasil, pode-se dizer que as políticas adotadas a partir de fim dos anos 80 acabam por tomar como verdadeiras estas falsas dicotomias. Entretanto, antes de se apresentar uma análise do que vem sendo

---

*miséria está em razão inversa do suplício do seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista (...) Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ao exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáistos agrilhoavam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”.* (Marx, 1988, Livro I, Volume II, Cap. XXIII).

realizado no país, faz-se necessário deixar explícito que não se trata de falta de opção, mas da própria opção do Estado brasileiro.

A escolha do Brasil, de forma diversa, tem sido de desmantelamento da estrutura do Estado. A partir do fim dos anos 80 e principalmente dos governos Fernando Henrique, o Estado brasileiro reduziu consideravelmente seu papel no setor produtivo através das privatizações, principalmente dos setores de infra-estrutura<sup>19</sup>. Quanto ao aparato de proteção social, embora possa se considerar que o país não chegou a constituir um “Estado de bem estar social”<sup>20</sup>, as políticas públicas sociais existentes passaram por um intensivo desmonte na última década<sup>21</sup>. Segundo Tavares e Mercadante (2001) a opção adotada pelo Brasil:

Deslocou para o plano privado decisões e funções de natureza pública, transformou serviços públicos de caráter universal em mercadorias, levou à desregulamentação de atividades essenciais de infra-estrutura; produziu um enorme descaso pelo social e reduziu o horizonte das preocupações econômicas aos aspectos econômicos de curto prazo, ignorando problemas estruturais e deixando exclusivamente a critério do mercado, como se esse fosse capaz de fazê-lo, os investimentos necessários a alavancagem do desenvolvimento de longo prazo da economia.

Enquanto o Estado tem obtido superávit primário nos últimos anos, procura-se por meio de uma suposta crise fiscal, justificar a redução dos gastos públicos através principalmente de sua desobrigação para com a universalização dos direitos sociais. Esta justificativa tem como base as recomendações do FMI e do Banco Mundial, de que é necessário desregulamentar e manter a estabilidade macroeconômica (nesta lógica o superávit primário deve ser empregado no pagamento da dívida como forma de manter a estabilidade e dar credibilidade ao capital internacional) para que se possa desenvolver; mas traz implícita a ampliação da iniciativa privada nos setores

---

<sup>19</sup> Segundo Fiori (2001): “O processo de privatizações tornou-se um grande negócio, sem nenhum tipo de estratégia de longo prazo. O fatiamento do patrimônio público foi feito entre grupos privados selecionados a dedo, com o objetivo de construir a “base material” do seu objeto de poder, ao mesmo tempo que feudalizavam as novas agências de regulação, e o que restou das velhas instituições e empresas públicas...”

<sup>20</sup> Draibe, 1988.

<sup>21</sup> Experiências como a francesa demonstram que em países mais desenvolvidos democraticamente, há barreiras mais fortes para o desmonte do aparelho estatal. Nestes países em mais de 20 anos de tentativa de desregulamentação não se fez o que no Brasil foi realizado em 8 anos de governo de FHC.

que antes eram atendidos pelo Estado. Segundo, novamente, Tavares e Mercadante (2001):

A dependência de capitais externos e a manutenção de uma taxa de juros extremamente elevada, resultantes daquelas políticas, tiveram impactos destrutivos sobre as finanças públicas, produzindo um endividamento sem precedentes do Estado e transformando os juros no principal vetor do déficit público, embora a arrecadação de impostos e a carga tributária tenha se expandido substancialmente no período 1995-2000. As políticas de ajuste adotadas no marco dos acordos com o FMI não eliminaram os vetores do endividamento, mas implicaram priorizar o pagamento dos encargos da dívida pública, com sacrifícios em infra-estrutura e dos gastos sociais.

O país adotou, portanto, durante o governo FHC, uma política de inserção externa passiva e contemplativa, subordinada aos interesses do sistema financeiro internacional que não resultam em desenvolvimento econômico e social sustentado. Deve-se destacar que esta mesma política é a que vem se mantendo no atual governo. A lógica rentista e patrimonialista predominante, com relações guiadas pelo curto prazo, resultam em altas taxas de juros que acabam por inibir os investimentos e o crescimento da economia – responsáveis pela geração de emprego e que poderiam resultar num processo de desenvolvimento “sustentado”<sup>22</sup>.

A redundância do trabalho vivo e incapacidade de gerar emprego, e, portanto inclusão, se tornam problemas ainda mais graves diante de um Estado que se desmantela e não é capaz de cobrir as falhas de mercado. Assim, a dimensão pública do Brasil tem sido fortemente sufocada, se é que esta já esteve completamente presente em nossa sociedade.

Um dos objetivos do Estado ao realizar este tipo de política seria a crença de que o país poderia se beneficiar com a entrada de capitais. Entretanto, os investimentos diretos externos têm se concentrado em um número menor de países, e na maioria das vezes não se tratam de novos investimentos, mas da compra de patrimônio existente, especialmente através das privatizações. A entrada de capital financeiro, por sua vez, se configura como algo instável, sujeita à volatilidade do

---

<sup>22</sup> Medeiros, 2001.

mercado internacional. Assim, por mais que o país esteja estabilizado macroeconomicamente, esta estabilização é frágil, e isto pode ser visualizado facilmente quando ocorre crise financeira em outros países: independente das condições internas ocorre uma “contaminação” da economia e saída de capitais. Como ocorreu com o Brasil diversas vezes, contaminado, por exemplo, pela crise da Ásia, México e Rússia recentemente. Além disso, a despeito do pagamento da dívida esta vem crescendo, e nem mesmo o fato de honrar os compromissos externos e buscar “religiosamente” a credibilidade protegem o Brasil desta “contaminação”.

O presidente Lula foi eleito por parte expressiva da população, sob a perspectiva de mudança de rumos, ou seja, rompimento com o que se entende como as políticas “neoliberais” que vinham sendo adotadas pelo governo anterior. Entretanto a forma de atuação do atual governo continua dentro de uma visão monetarista de política deflacionista e recessiva, que favorece alguns setores em detrimento da massa assalariada. Permanece a possibilidade e a defesa da independência do Banco Central, da gestão da economia através de altas taxas de juros e submissão à lógica dos interesses internacionais. Isso amparado por um Estado que deve cortar gastos e aumentar impostos, sob a defesa da necessidade de estabilização da economia.

A dimensão redistributiva fiscal é uma vertente importante para o processo de integração econômica e social como argumenta Lessa (*et alli*, 1997), mas o foco das atuais Reformas<sup>23</sup> como as já citadas da previdência e tributária não se baseia nesta proposta de integração, estando dentro da lógica capitalista de acumulação e da lógica “neoliberal” de redução do papel do Estado, ou melhor, de atuação do Estado como defensor exclusivo de uma classe.

Para prosseguir nesta agenda, o governo precisa ter um mínimo de legitimidade e esta tentativa se faz através de políticas compensatórias como pode ser percebido claramente através do projeto “Fome Zero”, entretanto, até mesmo para

---

<sup>23</sup> Coggiola (2003), ao analisar a Reforma da Previdência que estava para ser implementada destacava: “a reforma ora em pauta é ditada pelas necessidades do grande capital em crise, inspirada pelo Banco Mundial, e situada na contramão da História, pois adota um modelo que está demonstrando ou já demonstrou sua inviabilidade na maior parte do mundo, inclusive nos países tomados como modelo pelos neo-reformadores. A adoção das reformas em pauta, se concretizada, só deixam entrever um futuro sombrio para a nossa e as futuras gerações”.



realizar este tipo de política parece que o Estado se encontra “asfixiado”<sup>24</sup>. O ajuste externo causou e continua causando restrições à política econômica e não parece que se caminhará em sentido contrário ao atrofiamento do espaço público, mesmo porque se sofre pelo fato de não haver em pauta um plano de desenvolvimento nacional.

A herança de Fernando Henrique Cardoso: elevada dívida externa/interna e recessão; não pode ser ignorada, entretanto, o aprofundamento da desregulação não é a única opção. Possibilidades de inserção diferenciadas das da brasileira (como a dos países Asiáticos e da Rússia) demonstram que a opção escolhida não foi e nem é a única, e que de forma alguma se trata da opção que resultou nos melhores resultados.

### CRÍTICA, RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

Para enfrentar o quadro atual, um grande problema a ser superado é o desaparecimento da capacidade crítica e de questionamento deste modelo econômico. Hoje se vê no Brasil antigos opositores do governo Fernando Henrique e críticos do processo de abertura, implementando a política antes criticada. Nas “principais” revistas da área de economia e nos debates cada vez o que mais se vê é um questionamento não quanto a natureza ou quanto a razão da formulação das políticas, mas quanto a mera gestão, ou a pequenos detalhes que não têm a mínima capacidade de inverter a lógica e o resultado geral de sua aplicação.

Fernando Cardim de Carvalho (2005) ao debater este tema chama a atenção para a emergência do que seriam os “novos críticos” da política econômica: ao contrário dos “velhos críticos”, que insistem que os problemas enfrentados pela economia brasileira têm raízes mais profundas e exigem um novo regime de política econômica, com coordenação mais efetiva de políticas monetária, fiscal e cambial, com intervenção ativa no mercado de câmbio, controles de capitais, novos processos de orçamentação, austeridade fiscal efetiva dentre outras medidas; eles parecem

---

<sup>24</sup> Um exemplo disto é queda de 12% na renda dos assalariados, e aumento de 50% do trabalho infantil (IBGE, 2003). Com relação à reforma agrária, foi elaborado um programa para o assentamento de 1 milhão de famílias, segundo o MST (2003) apenas 10 mil foram assentadas, menos que no governo FHC.

acreditar que o necessário é apenas um pouco mais de moderação na forma como estas políticas são conduzidas.

Em um ambiente onde se opera um “*duplo reducionismo: da política à economia e da economia às finanças*”<sup>25</sup> se faz necessário dar atenção às críticas conforme estão expressas no *Manifesto dos economistas políticos aos povos da América Latina*, pois elas indicam que é necessária a elaboração de uma resposta, que é necessária a resistência. Atualmente, mais do que no passado, a ofensiva capitalista coloca em cheque a existência de milhões de pessoas<sup>26</sup>. Isso ocorre em especial nos países da periferia, mas também, e cada vez mais, devido ao grau em que se manifesta esta ofensiva neste século XXI, também nos países do centro capitalista.

Destarte, aos “verdadeiros críticos” cabe o papel de resistência e de oposição à hegemonia do pensamento único, de mostrar que se faz necessária a implementação de alternativas, que se faz necessária a resistência a política do imperialismo que busca ampliar seus mercados e sua rentabilidade a custa da miséria dos povos dos países subdesenvolvidos. Deve-se recusar as falsas alternativas de ajuste, pois só uma política verdadeiramente anti-imperialista que garanta maior grau de autonomia para os países periféricos pode dar-lhes melhores possibilidades de desenvolvimento<sup>27</sup>. É necessário desconstruir o discurso que sustenta a impossibilidade e a inexistência de alternativas.

A melhor opção para o Brasil está relacionada a políticas que objetivem a redução do seu grau de dependência, impondo os interesses nacionais através de um Estado forte e capaz de coordenar a economia. Isto requer a ruptura com as atuais políticas implementadas. Requer como bem definiu Tavares e Mercadante (2001, p. 10):

(...) a inversão das prioridades da política econômica, que passa a ter como referência fundamental as necessidades básicas da maioria da população e o crescimento sustentado da economia e do emprego; a mudança do padrão de crescimento, cujo núcleo dinâmico se desloca para a ampliação do mercado interno em base á expansão do consumo de massas, principalmente mediante o aumento da oferta dos serviços

---

<sup>25</sup> Passet, cit., In: Garlipp, 2003, p. 9.

<sup>26</sup> Ver : Gluckstein, 1999.

<sup>27</sup> Para isto ver: Carcanholo, 2004.

públicos de uso universal e bens básicos da cesta de consumo popular, a reorientação do modelo de financiamento da economia, com o fortalecimento do desenvolvimento e a redefinição do papel e importância do investimento estrangeiro, modificação do padrão de intervenção do Estado na economia, reconstruindo seu papel de regulação e apoio a ações estratégicas para o desenvolvimento nacional.

A superação do subdesenvolvimento requer uma maior homogeneidade social, um sistema produtivo eficaz<sup>28</sup>, a orientação do Estado como direcionador tanto do sistema produtivo quanto financeiro, assim como um maior controle da exposição à concorrência externa. A questão passa inicialmente por pontos fundamentais, como educação, reforma agrária, redistribuição de renda. Para se combater a pobreza é necessário, sobretudo, crescimento econômico<sup>29</sup>. Para se tentar algum grau de desenvolvimento, de melhoria das condições de vida, desenvolvimento das forças produtivas é necessário reduzir o grau de dependência da economia.

Enquanto não há mobilização social, e vontade política, unidas por um suporte teórico consistente de alternativas, a frase de Furtado (1999, p. 26): “*Em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser*” talvez reflita perfeitamente nosso ‘estado’<sup>30</sup> atual.

O combate ao pensamento único em todos os campos é fundamental, mas na economia é também vital. A derrota do pensamento único ajuda a abrir maior espaço para transformações econômicas e sociais que podem ter como resultado imediato a melhoria das condições de vida de milhões de pessoas. Cabe aos economistas críticos este papel, de dar suporte e participar da luta concreta, de catalisar a transformação social, o papel de não apenas observar e entender a realidade, mas de ser um ponto de apoio para a sua revolução.

---

<sup>28</sup> Que pode ser facilitado pelo relativo grau de avançada (embora deficiente em termos de C&T) industrialização e diversificação da produção brasileira.

<sup>29</sup> Medeiros, 2001.

<sup>30</sup> E aqui pode-se até escolher se ‘estado’ é apenas sinônimo da palavra *situação* ou se poderia ser colocado em seu lugar o termo *Estado-Nação*.

## Referências Bibliográficas:

- AGLIETTA, M. (1976). *Regulation et crises du capitalisme*. Paris. Calmann-Levy.
- BOBBIO, N. (1980). *A teoria das formas de governo na história do pensamento político*. Brasília. Editora da UnB.
- CANO, W. (1985). *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. São Paulo. Global/IPEA.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. (2004). *Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento*. IV Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos, São Paulo.
- CARDIM de CARVALHO, Fernando J. (2005). *Os críticos e os críticos da política econômica*. Folha de São Paulo, São Paulo, p. B5 - B5, 18 de dezembro.
- COGGIOLA, O. (2003). *A falência dos fundos de pensão*. Circulação eletrônica.
- BARUCO, Grasiela C. da Cunha & GARLIPP, José Rubens D. (2005). *Neoliberalismo, Consenso e Pós-Consenso de Washington: a primazia da estabilidade monetária*. X Encontro Nacional de Economia Política, Campinas, Anais, 24 a 27 de maio.
- DRAIBE, S. M. (1988). *A especificidade do “welfare state” brasileiro*. Revista da CEPAL.
- FIORI, José Luís. (1997a). *Os moedeiros falsos*. Petrópolis. Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1997b). *Neoliberalismo e políticas públicas*. In: FIORI, José Luís. (1997). *Os moedeiros falsos*. Petrópolis. Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1997c). *O novo papel do estado frente à globalização*. In: FIORI, José Luís. (1997). *Os moedeiros falsos*. Petrópolis. Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Para um diagnóstico da modernização brasileira*. In: FIORI, J.L. e MEDEIROS, C. (org.) (2001). *Polarização mundial e crescimento*. Editora Vozes, Petrópolis.

- FURTADO, C. (1999). *O longo amanhecer - Reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo. Paz e Terra.
- GARLIPP, José Rubens D. (1996). *Economia desregrada – um quadro aproximativo do capitalismo contemporâneo e a economia política*. Anais I Encontro Nacional de Economia Política. Niterói, Sociedade Brasileira de Economia Política, maio/junho.
- \_\_\_\_\_. (2001). *A Riqueza no Capitalismo*. Economia Ensaios, vol. 15 n° 2, julho, Edufu.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Três Contribuições Críticas ao Mercado Auto-regulado - Marx, Keynes & Polanyi e a Economia Desregrada*. Recife, V Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, novembro.
- GLUCKSTEIN, Daniel. (1999). *Lutte de classes et mondialisation*. SELIO, Paris.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ECONÔMICA (IBGE). (2005). *Anuário Estatístico*. Departamento de Contas Nacionais. <http://www.ibge.gov.br>
- LESSA, C; SALM, C.; SOARES, L.T.; DAIN,S. (1997). *Pobreza e Política Social: a exclusão nos anos 90*. Praga, no. 3. São Paulo. Hucitec.
- MANIFESTO DOS ECONOMISTAS POLÍTICOS AOS POVOS DA AMÉRICA LATINA. (2005). Redigido na Cidade do México em Outubro, na ocasião do V Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos e fundação da Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico, disponível em: <http://www.sepla.cjb.net/>.
- MARTINS, Carlos Estevam. (1996). *Da globalização da economia à falência da democracia*. Revista Economia e Sociedade, Campinas, junho.
- MARX, Karl. (1988). *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo. Nova Cultural. (Os Economistas)
- MEDEIROS, C. (2001). *Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza*. In: Fiori, J.L. & Medeiros, C. (orgs). (2001). Polarização mundial e crescimento. Petrópolis, Vozes, pp.165-99.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST). (2003). Site:  
<http://www.mst.org.br>

TAVARES, M. C & MERCADANTE, A. (2001). *Eixos de um novo modelo*. Teoria e debate, Ensaios.

VERSIANI, Isabel. *Superávit primário supera meta, dívida passa de R\$ 1 tri*. Brasília (Reuters), 30 de janeiro de 2006. Disponível em:  
[http://noticias.click21.com.br/artigo\\_13195.html](http://noticias.click21.com.br/artigo_13195.html)